

Jornal da Constituinte

PC do B: está pior do que em 1946.

A expectativa do presidente do Diretório Nacional do PC do B João Amazonas (foto abaixo), é que a nova Constituição "não poderá ir além de uma repetição, talvez um pouco melhorada da Carta de 46". Amazonas, que foi constituinte em 46, contou ontem, em Curitiba, que os 15 parlamentares da bancada comunista daquela época, "logo nos primeiros embates, perceberam que o Congresso era um mar de conservadores com algumas ilhotas de forças progressistas". Hoje, diz ele, "o panorama do PC do B encontram-se o mesmo, só o oceano é que aumentou".

Ao traçar um paralelo entre as Assembleias Constituintes de 46 e de 87, Amazonas encontrou algumas semelhanças: a primeira foi a presença do poder Judiciário na instalação dos trabalhos. "Mas a nossa bancada, em 46, foi a primeira a protestar contra a presença de um corpo estranho (o presidente do Tribunal Superior Eleitoral) no momento da instalação da Constituinte, pois defendíamos a soberania da Assembleia", lembrou. O destaque dado em 1987 ao Executivo, com a presença do presidente Sarney, e o discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal — segundo Amazonas — "uma aula aos constituintes" — "não sofreram protesto formal, porém, foram igualmente antidemocráticos".

Na instalação, ainda este ano, "a festa deveria ser do povo, que acabou cercado pela polícia, e dos constituintes, que não tiveram participação na solenidade". De qualquer forma, destacou, Amazonas, "agora fizemos debates que se não foram amplos, foram ao menos mais extensos que os de 46, quando tivemos apenas três semanas entre a convocação da Constituinte e a eleição". Também "as proposições democráticas da Constituinte de 46 tinham conteúdo menos denso que as dos dias de hoje, pois agora o Brasil, mais desenvolvido exige uma Carta moderna".

Amazonas criticou o parecer do senador Fernando Henrique Cardoso sobre o regime interno da Constituinte, que considerou como "antidemocrático". Já que nega a soberania da Assembleia defendida pelo mesmo parlamentar quando discursava em praça pública. O presidente do PC do B declarou também que seu partido "é o mais consequente da atual Assembleia Nacional Constituinte", além de ser "oposição ao governo Sarney, que está dissociado das aspirações do povo brasileiro". Já o PCB, criticou Amazonas, "vai à rebouca da burguesia, o que aliás é característica daquele partido em toda parte do mundo".



A Comissão Nacional "Criança e Constituinte" se reuniu ontem com 20 parlamentares. Na ocasião, foi entregue um documento contendo sugestões que assegurem na futura Constituição a nova condição social da criança brasileira. Entre outros dispositivos, defende idade mínima de 14 anos para admissão no trabalho e ensino obrigatório e gratuito dos 6 ou 7 aos 14 anos.

Será realizado em Brasília, entre os dias 25 e 29 de maio próximo, o XIII Congresso Nacional dos Procuradores que discutirá documento a ser encaminhado aos constituintes contendo propostas para a nova Constituição.

Uma proposta de resolução do VI Fórum Nacional dos Secretários de Trabalho, que inclui os direitos e garantias individuais e o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, será encaminhada ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, como sugestão para a nova Carta Magna.

No encerramento do seminário sobre as Constituições brasileiras, ontem, promovido pelo Instituto Tancredo Neves, do PFL, o professor Manoel Gonçalves Filho considerou a Constituição de 46 "democrática e tecnicamente bem feita", assinalando que ela adotou o federalismo cooperativo, fortaleceu a União e cuidou de ressaltar a autonomia municipal. Já o professor Ives Gandra Martins defendeu o parlamentarismo, apontando-o como único caminho para uma democracia estável.

Traçar um perfil ideológico e político dos constituintes eleitos, identificar os inúmeros grupos de pressão que influenciarão seus trabalhos e, principalmente, de que forma as mudanças introduzidas pela nova Constituição afetarão as empresas são os objetivos do curso especial que a Catho promoverá nos dias 19 e 20 de março, sob a direção do ex-ministro das Comunicações Saíd Farhat. Maiores informações pelo fone (011) 284-7033.



As reuniões das bancadas do PFL e do PMDB para discutirem o novo regimento

PFL

O partido quer mudar de nome. E dá seu "grito de independência".

O PFL poderá ser Partido Liberal Socialista, conforme proposta do ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, ou Partido Trabalhista Liberal, como quer o deputado paraense Alceny Guerra, ou Partido Liberal Social, segundo sugestão do presidente da seção cearense, deputado Lúcio Alcântara. Mesmo que não se chegue a um acordo sobre a sigla mais conveniente, o partido teve ontem autorização pelo Tribunal Superior Eleitoral seu funcionamento definitivo. Na ocasião, o presidente em exercício do partido, Maurício Campos, afirmou que o PFL está dando seu grito de independência — especialmente quando critica os desentendimentos da política econômica do governo — mas isto não significa rompimento com o governo, explicou.

O assunto foi um dos temas também discutidos ontem na reunião da Executiva Nacional do partido com os presidentes dos diretórios regionais. O PFL se mostrou dividido. Há os que querem o rompimento total com o governo Sarney, os que defendem o afastamento do partido da Aliança Democrática e do PMDB e os que desejam continuar na situação. No entanto, quase todos criticaram a condução da política econômica-financeira.

Durante o encontro, que demorou de 9h30 às 14 horas, a portas fechadas, foi tomada apenas uma decisão, a de convocar o Diretório Nacional para 14 ou 15 de março a fim de definir

como serão as relações do partido com o governo e o PMDB, daqui para a frente. As propostas dos seus senadores sobre economia foram rejeitadas, a partir de críticas frontais do deputado fluminense Francisco Dornelles.

O deputado Lúcio Alcântara, apoiado por Alcides Lima (RO) e Celso Barros (PI) entre outros, sustentou a necessidade de o PFL aparecer, perante a opinião pública, como uma agremiação voltada para o social: "Não podemos ser o partido dos engratados".

O deputado Alceny Guerra quer, por sua vez, que o PFL se afaste do governo. "Acho que não é patriótico fazer o que Sarney quer e, sim, o que está certo. Se não concordamos com o novo choque heterodoxo, devemos diz-lo claramente. Isso é o que é ser amigo de Sarney. Agora somente concordar o Sarney é amigo não temos de concordar com seu governo. Terminaremos voltando a ser o partido do amém".

O líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS) assim definiu a situação: "Há os que acham que devemos apoiar o governo, sem nos comprometermos com a política econômico-financeira. Uma corrente minoritária quer o rompimento total com o governo e, por fim, há os que acham que devemos formular uma proposta do governo. Se for acolhida firmaremos compromisso com o governo. Senão, não. Não se pode ser governo se nos-

MANDATO

Lucena garante: Sarney só quer quatro anos.

Um sinal de que o PMDB não deseja que o presidente Sarney cumpra os seis anos do seu mandato constitucional foi emitido, ontem, pelo presidente do Senado, o peemedebista Humberto Lucena, muito ligado ao deputado Ulysses Guimarães. O senador pelo Paraíba não somente recordou que o presidente José Sarney havia assumido compromisso de ficar quatro anos, como exibiu o que considera ser uma prova.

Quando era ainda líder da bancada no Senado, Humberto Lucena já insistia que o presidente José Sarney havia endossado compromisso assumido pelo falecido Tancredo Neves, de ficar apenas quatro anos na Presidência da República. Depois da morte do político mineiro, quase todos os líderes do PMDB negavam esse fato, enquanto Humberto Lucena garantia o contrário e dizia ter ouvido o discurso em solenidade no Planalto.

As propostas não são acolhidas", justificou.

Chiarelli no entanto, tende a concordar com os diretórios regionais, lembrando que há antagonismo absoluto nas bases entre PMDB e PFL, "salvo em quatro Estados onde fizeram acordo".

"A convivência com o PMDB é insustentável", sentenciou o secretário-geral, deputado Saulo Queiroz. "Devemos romper a aliança e apoiar o governo diretamente, sem qualquer ligação com o PMDB", propôs Jaime Santana (MA).

Sugestões

Na reunião, o Diretório Regional de Brasília — onde o partido elegeu três deputados federais ano passado — apresentou um documento conten-



Sarney e Lucena

Ontem, ele fez uma pesquisa nos jornais e recortou trechos do discurso pronunciado pelo presidente José Sarney perante os líderes da Aliança Democrática, que foram assistir, no Palácio do Planalto, à cerimônia de assinatura de sua mensagem convocando a Assembleia Nacional Constituinte.

Conforme recorte de um jornal carioca exibido por Humberto Lucena, o presidente José Sarney manifestou, na ocasião, "o ponto de vista de que o mandato deve ser de quatro anos".

do sugestões que visam a fortalecer a atuação dos frentistas. O documento responsabiliza "os tecnocratas do PMDB" pela crise econômica e condena as "indicações da cúpula nacional do PFL, no trato das questões político-institucionais, que têm gerado descontentamento nas bases partidárias", exigindo que a direção tome "decisões claras e objetivas". No que se refere à Aliança Democrática, prega "o fortalecimento da democracia", condicionando a permanência do partido na Aliança caso o governo se oriente "pelos princípios e diretrizes programáticas do partido". Propõe ainda que suas bancadas na Constituinte "lutem pela desestatização da economia" e "atuem no sentido de subordinar as atividades do Conselho Monetário Nacional e das empresas estatais, submetendo-as à efetiva fiscalização do Congresso Nacional".

O apelo do Planalto ao PTB: mais apoio.

O presidente José Sarney formalizou ontem, ao receber a bancada do PTB, o apelo para que o partido ingresse a base de sustentação de seu governo. Essa proposta de entendimento, de acordo com o deputado Gastone Righi, líder do PTB, representa uma abertura para que o partido ingresse na Aliança Democrática e participe do governo Sarney.

As bases para esse entendimento serão acertadas com o chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel, e pode incluir a participação do PTB em cargos do governo, segundo reconheceu Gastone Righi. O deputado justificou o fato de Marco Maciel ser nomeado para discutir esse acordo e não o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, argumentando que o chefe do Gabinete Civil é quem representa o Executivo nessa negociação.

Gastone Righi não quis assumir nenhuma condição para formalizar o apoio do PTB, mas disse que o partido pode até vir a receber um ministério se tiver um nome que seja escolhido pelo presidente Sarney. As declarações de Gastone Righi não coincidiram com o que disse o deputado Farabullini Júnior que, pela manhã, antes da audiência da bancada, garantiu que a maioria de seu partido não pretende negociar cargos, argumentando que o PTB de hoje não é o mesmo que negociou a Cobal. Farabullini garantiu que, à tarde, durante a audiência com o presidente Sarney, se ninguém dissesse isso ele o faria. Entretanto, o deputado não compareceu à audiência convocando este comentário de Gastone Righi: "Eu acredito que Farabullini não quer cargo, mas o PTB, se for oferecido, pode negociar".

Já o presidente Sarney disse que queria o PTB participando das decisões do governo e deixou implícito que o partido integrará a Aliança Democrática e terá assento no Conselho Político, segundo interpretação de Gastone Righi.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, que todas as quintas-feiras tem audiência com o ministro Marco Maciel, além dos encontros com o presidente Sarney às segundas-feiras, saiu do Palácio do Planalto dizendo, porém que, numa conversa anterior com Gastone Righi, entendeu que o PTB ainda não iria oferecer seu apoio ao presidente, mas apenas deixar clara "a boa vontade" para discutir esse apoio.

O apoio não está formalizado, mas Gastone Righi já passou a defender o mandato de seis anos para o presidente Sarney e condenou a proposta para convocação do ministro, Dilson Funaro, da Fazenda, pela Constituinte. Disse também que na visita que o prefeito Jânio Quadros fez recentemente ao presidente Sarney, ele hipotecou sua irrestrita solidariedade, mas não o fez em nome do PTB. O presidente Sarney, contudo, já naquele encontro, demonstrou interesse no entendimento com o partido.

PMDB

O exemplo do partido: adiar as convenções, em respeito à Constituinte.

Sob a alegação de que o PMDB deve dar exemplo de dedicação exclusiva aos trabalhos da Assembleia Constituinte, a direção nacional do partido decidiu, ontem, adiar de julho e novembro deste ano, para 31 de janeiro e 20 de março do próximo as convenções municipais e regionais. E, ainda, fixar para o dia 17 de abril de

1988 a convenção nacional, destinada a eleger o novo diretório e a nova Comissão Executiva Nacional.

Como se previa, os dirigentes nacionais do PMDB não discutiram a renúncia de dois dos seus integrantes efetivos — Pedro Simon, 1º vice-presidente; e Miguel Arraes, 2º vice-presidente. Eles terão de deixar a Co-

missão Executiva a 15 de março, ao assumirem os governos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, respectivamente, por força de dispositivos legais.

O assunto só deverá ser resolvido após a posse dos novos governadores e, na mesma ocasião, Ulysses Guimarães resolverá se pedirá ou não licen-

ça da presidência do partido. Para 1º vice-presidente estão cotados os deputados Jorge Uequed e Lélcio Souza, e os ex-deputados João Gilberto e Odacir Klein, do Rio Grande do Sul para 2º vice-presidente, o deputado Egídio Ferreira Lima, de Pernambuco. Afonso Carmago, atual 3º vice, também disputará a 1ª vice-presidência.

A Frente dos Municípios vai agir. Com os "caipiras".

Não se pode deixar escapar a oportunidade. Nas últimas eleições, São Paulo conseguiu uma representação de parlamentares basicamente saídos do Interior. "Nossa bancada é caipira. Tivemos na prática uma espécie de voto distrital. Os candidatos do Interior tiveram uma representação concentrada e conseguiram se eleger. Por isso, este é o momento de abrir espaço para o município, na elaboração da nova Constituição."

O raciocínio é do advogado Adilson Abreu Dallari, especialista em Direito Administrativo e presidente da comissão especial de teses do 30º Congresso Estadual de Municípios, que vem sendo realizado no Palácio das Convenções no Anhembi. Ao defender um espaço maior para o município, ele não defendeu uma proposta sua, mas de todos os participantes do congresso, que estão pensando até mesmo articular um lobby municipalista para atuar junto aos constituintes.

"Acho isso altamente viável, porque os municípios estão muito articulados com a criação da Frente Municipalista", comentou.

Outra tese que poderá ser encaminhada para a Constituinte é a da necessidade de se eleger mais um senador, representando o município. "O senador atualmente representa o Estado. E há muita gente que entende que o município poderia estar também representado."

A queixa de Adilson Abreu Dallari: atualmente, a Constituição determina que o município tenha uma série de atribuições, mas incompatíveis com sua renda. "O que adianta o papel permitir mas os prefeitos não disporem de recursos?" Segundo ele, a existência desse "divórcio" entre atribuições e recursos causa uma dependência política do município, "explícita apenas numa ditadura".

Reforma

A reforma tributária tem sido reivindicada há muito tempo pelos prefeitos. Dallari lembrou que pela Constituição vigente os municípios ficam com a parcela menor e com os piores tributos. Do ICM, apenas 20% ficam com o município. As outras fontes de arrecadação — como o ISS, com pequeno número de prestadores de serviço, e o IPTU, que é um tributo que está sempre defasado, segundo Dalla-

ri — beneficiam muito pouco os municípios.

O pior é que a situação tributária municipal corre o risco de ser mantida, no caso de permanecerem em vigor na nova Carta alguns dispositivos do anteprojeto preparado por Afonso Arinos — conforme análise de outro especialista em direito administrativo, Toshio Mukai que está participando do Congresso Estadual de Municípios. "Na distribuição de rendas tributárias, o anteprojeto mantém o mesmo sistema atual de destinar parcelas de imposto de pouco peso financeiro aos municípios."

Ele alertou para o artigo 143 do anteprojeto de Afonso Arinos, que prevê a distribuição de 17% da arrecadação do IR ao Fundo de Participação dos Municípios. "Não existe qualquer previsão de distribuir o produto da arrecadação do IPI, que volta a denominar-se Imposto de Consumo. Atualmente, a Constituição prevê a distribuição de 17% da arrecadação do IR e do IPI aos municípios. Se a nova proposta for adotada, haverá uma diminuição substancial na receita municipal", disse.

Outro exemplo de enfraquecimento da situação do município no anteprojeto de Afonso Arinos, segundo Toshio Mukai, é o fato de se propor competência comum à União, Estado e município em apenas 9 matérias. Outro artigo dá competência à União e ao Estado (excluindo o município) em 27 matérias. Entre elas encontram-se: direito financeiro, direito tributário e orçamento, direito agrário, direito do trânsito, direito urbanístico, direito econômico e várias outras.

O congresso que termina hoje à noite, com a participação do governador Orestes Quércia, articulador da Frente Municipalista, deverá ter também uma carta de conclusões. Por enquanto, os assuntos que mais têm interessado os prefeitos, vereadores e outros participantes do congresso, segundo Dallari — que está coordenando as teses apresentadas — são questões ligadas às finanças e autonomia do município. Mas cresceu também a preocupação com a ecologia, a preservação do meio ambiente e diminuiu a atenção com a segurança pública. "Em outros congressos houve até propostas de pena de morte. No atual, segurança foi um assunto de menor destaque", disse ele.